

**ESTADO E CLASSE SOCIAL:
CONTRIBUIÇÕES DA OBRA DE NICOS POULANTZAS À REFLEXÃO SOBRE AS
PRÁTICAS PSICOLÓGICAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

Paribanú Freitas De León¹

RESUMO

Desde o começo dos anos 60 e 70 até a atualidade o problema do compromisso social da psicologia tem sido um tópico recorrente no momento de se pensar as interações entre a prática profissional e a prática política e social. Na atualidade centenas de psicólogos participam profissionalmente, de forma assalariada e em diferentes estratos, de vários programas e projetos de políticas públicas em suas diversas arenas. Até o momento, os estudos foucaultianos tem sido uma ferramenta útil e grande referência para pensar a articulação entre compromisso social e trabalho assalariado (estatal) em tais políticas. Porém, diante da participação cada vez mais crescente da psicologia na burocracia estatal, cabe refazer algumas perguntas específicas em torno da tríade psicologia-burocracia-compromisso social. O artigo apresenta algumas idéias interessantes e críticas à concepção de Estado contidas na obra de Michel Foucault provenientes do trabalho do sociólogo grego Nicos Poulantzas, por meio das quais visa reformular o problema tradicional do compromisso social dos psicólogos em uma nova equação socialmente forte: psicologia-burocracia-luta de classes.

Palavras chave: *Estado; psicologia; burocracia; luta de classes.*

¹ Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social da Facultad de Ciencias Sociales da Universidad de la República (UDELAR). Licenciado em Psicologia pela Facultad de Psicología da UDELAR. Mestrando em Trabajo Social pela Facultad de Psicología da UDELAR.

**ESTADO Y CLASE SOCIAL:
APORTES DE LA OBRA DE NICOS POULANTZAS A LA REFLEXIÓN SOBRE LAS
PRÁCTICAS PSICOLÓGICAS EN POLÍTICAS PÚBLICAS**

RESUMEN

Desde comienzos de los años 60 y 70 hasta la actualidad el problema del compromiso social de la psicología ha sido un tópico recurrente a la hora de pensar las interacciones entre el quehacer profesional y el quehacer político y social. En la actualidad cientos de psicólogos participan profesionalmente, de forma asalariada y en diferentes estratos, en variados programas y proyectos de políticas públicas en sus diversas arenas. Hasta el momento, los estudios foucaultianos han sido una herramienta útil y de gran referencia para pensar los compromisos entre compromiso social y trabajo asalariado (estatal) en tales políticas. Sin embargo, frente a la cada vez más creciente participación de la Psicología en la burocracia estatal, cabe re-hacerse algunas preguntas específicas en torno a la tríada psicología – burocracia – compromiso social. El artículo presenta algunas ideas interesantes y críticas a la concepción de Estado contenidas en la obra de Michel Foucault provenientes de la pluma del sociólogo griego Nicos Poulantzas, a través de las cuales reformular el problema tradicional del compromiso social de los psicólogos a una nueva ecuación socialmente fuerte: psicología – burocracia – lucha de clases.

Palabras claves: *Estado; Psicología; Burocracia; Lucha de clases.*

ALGUMAS PERGUNTAS INICIAIS²

Qual pode ser o sentido político das práticas psicológicas? Existem nelas possibilidades mais ou menos precisas de colaborar com processos coletivos e populares de tipo emancipatório, ou só lhes resta serem tecnologias e ferramentas de controle social? Se houvesse margem para a articulação entre práticas psicológicas – ou melhor, campo psi – e projetos sociais emancipatórios, quais seriam seus requisitos, seu alcance e seus limites?

Por meios indiretos, o presente artigo buscará se aproximar das possíveis respostas para essas questões, as quais nos parecem de vital importância na nova agenda profissional de participação forte – e quase plena – da psicologia no campo das Políticas Públicas.

DO COMPROMISSO SOCIAL, DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DA PARTICIPAÇÃO DAS TECNOLOGIAS PSI NO CAMPO DA QUESTÃO SOCIAL

A reflexão sobre campo político e campo psicológico não é nova na América Latina; menos ainda em Psicologia Social. Bastaria, para deixar isso totalmente claro, o simples exercício de passar em revista as contribuições substanciais realizadas por diversos autores da região. Assim, poderíamos encontrar as contribuições do Dr. Enrique Pichón Riviere no Rio da Prata e seus experimentos sociais de desenvolvimento local em Rosário (Argentina) durante os anos 60, os quais serviram de matriz para o desenvolvimento de novas formas de intervenção e pensamento em psicologia em ambas as margens do rio. Poderíamos lembrar também de Silvia Lane, no Brasil, e seus desenvolvimentos em Psicologia Social Crítica; ou da Psicologia Social Comunitária edificada a partir de contribuições como as da venezuelana Maritza Montero. Outro capítulo também merece destaque, a Psicologia da Liberação, denominada por Martin-Baró como psicologia do compromisso social.

No entanto, tal como dissera Jaques Rancière, “não existe sempre política. Ela

² O presente trabalho é resultado da ampliação da comunicação homônima por mim realizada no grupo de trabalho “Historicizando os saberes psi frente às práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos” do XVII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social. Ao mesmo tempo recorre às reflexões emergentes do processo de investigação de minha dissertação de mestrado “Educação, interdisciplinaridade e ruído social: uma aproximação aos projetos ético-políticos implicados nas práticas profissionais de psicólogos e trabalhadores sociais na educação pública uruguaia pós-ditadura” e do trabalho de projeto de pesquisa “Inventário: exame das práticas psicológicas nas políticas públicas do estado uruguaio” realizado no marco do programa de ‘fundamentos históricos e políticos das práticas psicológicas’ (HisPo) junto com o Prof. Agdo. Mag. Jorge Chávez e o Prof. Ayte. Lic. Gonzalo Yañez. Por tais motivos gostaria de agradecer-lhes pelo rico cotidiano de intercâmbio realizado na tarefa cotidiana de análise da realidade concreta por meio da pesquisa. Também gostaria de estender tais agradecimentos à Prof. Mónica de Martino, orientadora de minha dissertação de mestrado e ao Prof. Pedro Narbondo, quem apresentou efusivamente a teoria do Estado de Poulantzas no curso de Teoria Política II do Programa de Mestrado em Trabalho Social da Faculdade de Ciências Sociais da UDELAR, onde qual realizei minha Pós-Graduação onde surgiram as poucas articulações com problemas próprios que pude estabelecer.

acontece, aliás, muito pouco e raramente” (RANCIERE, 1996, p.31). Assim, ainda que as condições de surgimento da psicologia sejam condições estritamente políticas e suas práticas também o sejam, sua capacidade de política como desentendimento, isto é, como plano manifesto de alteração da ordem vigente, é estritamente contingente.

Desta maneira, e novamente seguindo Rancière, poderíamos dizer que não haveria nada de particular na psicologia como disciplina que (1) a ligaria mais particularmente que outras disciplinas à mudança social e (2) por outro lado, a deixaria ‘privilegiadamente’ submetida a um puro *status* de técnica de regulação social.

Aprofundar a compreensão que temos sobre a relação entre campo político – incluindo especialmente o campo das políticas públicas – e práticas psicológicas se torna um ponto fundamental para o enquadramento das ações profissionais que posam trazer o desenvolvimento e o aprofundamento de um projeto societário que, seguindo Netto (2007), poderíamos caracterizar com emancipatório.

O Dicionário da real Academia Espanhola define com bela simplicidade o termo contingência como “possibilidade de que algo se suceda ou não” (REAL ACADEMIA ESPANHOLA, 2011) e, seguindo o fio de raciocínio que até o momento viemos estabelecendo, poderíamos dizer que a capacidade de articulação política emancipatória da psicologia como saber-poder é, como a de qualquer saber-poder, contingente. Retomando mais estritamente a ideia de Rancière e parafraseando-a poderíamos mesmo dizer que tal relação é, aliás, rara e extraordinária.

É longa a lista de autores da psicologia e outras ciências sociais e humanas que, com diversos tons e matizes, registram essa condição. Este artigo tem como objetivo apenas compartilhar com o coletivo de profissionais psi, ao qual pertencço, algumas notas elucidativas sobre aspectos substanciais desta relação entre psicologia e projeto emancipatório. Apresentarei estas contribuições a partir das tensões analíticas existentes entre a produção de Michel Foucault e Nicos Poulantzas, esperando poder contribuir para a discussão com algumas humildes articulações próprias.

A CONTINGÊNCIA

A forte relação de solidariedade entre o nascimento da psicologia e projetos modernizadores – capitalistas – é uma leitura compartilhada por múltiplos estudos históricos na região e no mundo (CHAVEZ e FREITAS DE LÉON, 2013; FALCONE, 2010; IRRAZABAL, 2006; LEAHEY, 1998; MASSIMI, 2004; PEREZ GAMBINI, 2000). Nesse

sentido, e sem nenhuma dúvida, as análises críticas do primeiro Foucault de “Doença mental e psicologia” (1998), “História da loucura na Idade Clássica” (1976) e “As palavras e as coisas” (2002), logo aprofundados com os desenvolvimentos sobre a governamentalidade e a biopolítica em textos como “Genealogia do racismo” (1998), “Nascimento da biopolítica” (2007) e “Segurança, território, população” (2008), resultaram em contribuições vitais para uma análise histórica profunda da já citada relação contingente entre psicologia e campo sócio-político emancipatório.

No Uruguai, esta linha de investigação se desenvolveu com ênfase nos raros estudos sobre a história da psicologia local, particularmente a partir da contribuição fundamental do Prof. Enrico Irrazábal em seu artigo “La clínica inmóvil” (IRRAZÁBAL, 2006), no qual, tomando dados históricos revelados pelo Prof. Carlos Pérez Gambini (2000), discute a origem socialmente neutra da psicologia no Uruguai como simples produto do desenvolvimento científico.

No referido artigo, Irrazábal, munido de um denso arsenal foucaultiano de base, afirma que

La historia de la clínica en general (incluyendo la historia de la medicina y la de la psicológica en particular) se constituye en un analizador natural del proceso de fundación y desarrollo de la sociedad y del Estado uruguayo en tanto integra las prácticas sociales de producción de ciudadanos (IRRAZÁBAL, 2006, P.38).³

Irrazábal observa que será principalmente nas arenas estatais que o fazer psicológico se desenvolve e toma forma de profissão. Nesse sentido o autor afirma que no começo do séc. XX

Las prácticas educativas y de la salud en nuestro país comienzan a producir en forma ascendente, en algunos sectores de interesados, una hiper-especialización que determina doxas e instituciones y conduce a la formación de expertos que saben solamente de la aplicación de técnicas y teorías muy específicas, reduciéndose al mínimo el cuestionamiento de los referentes teóricos disciplinares y epistemológicos (IRRAZÁBAL, 2006, p. 41).⁴

Estas técnicas e teorias derivam principalmente de provas psicométricas aplicadas a “alunos que não se adequavam, em seu rendimento, à ‘Normalidade’” (IRRAZÁBAL, 2006, p.42) e serão as precursoras do desenvolvimento da disciplina e profissão psicológica no Uruguai.

Irrazábal aponta como uma das primeiras práticas massivas de análise

³ N.T.: “A história da clínica em geral (incluindo a história da medicina e da psicologia em particular) se constitui como um analisador natural do processo de fundação e desenvolvimento da sociedade e do Estado uruguaio enquanto integra as práticas sociais de produção de cidadãos”.

⁴ N.T.: “As práticas educativas e de saúde em nosso país começam a produzir, de forma crescente, em alguns setores de interessados, uma hiperespecialização que determina doxas e instituições e conduz à formação de especialistas que sabem apenas da aplicação de técnicas e teorias muito específicas, reduzindo-se ao mínimo o questionamento dos referenciais teóricos disciplinares e epistemológicos”.

psicopedagógica a realização do Censo Escolar das condições físico-psíquicas dos alunos, encomendado pelo estado uruguaio da primeira metade do séc. XX e aprovado pelo Conselho de Educação Primária em maio de 1933 sob direção de Emilio Verdesio. Este censo foi orientado pela análise das condições favoráveis para a instalação da educação especial no sistema escolar. No relatório de Verdesio este afirma que

68,39% de los [escolares] "falsos anormales" son de mala condición económica, sólo el 2,6% de ellos es de muy buena condición económica; el 79,05% de los "verdaderos anormales" son de mala condición económica; sólo el 1,46% de ellos son de muy buena condición económica (VERDESIO *apud* IRRAZÁBAL, 2006, p. 43).⁵

À luz deste tipo de enunciado histórico, Irrazábal concluirá que

Desde las primeras prácticas [psicológicas] de las que tenemos noticias en Uruguay, se percibe un esfuerzo por normativizar las conductas en base, predominantemente, a un ideal moral o médico moralizante (IRRAZÁBAL, 2006, p.40).⁶

e que as mesmas têm como objetivo produzir um tipo particular de novo sujeito político, que ele denomina de cidadão moderno, fundamental para a instituição de um novo tipo de regime político de regulação, o Estado Moderno.

No Uruguai atual, o campo aberto por essa hipótese proposta por Irrazábal tem dado lugar ao desenvolvimento de diversas pesquisas sobre as formas de articulação concreta entre os processos de desenvolvimento político do Estado Moderno uruguaio e o desenvolvimento de diversas práticas de saber-poder como as práticas psicológicas.

Na Universidad de la República, esta linha de trabalho se desenvolve hoje principalmente no marco do Programa de Fundamentos Históricos e Políticos das Práticas Psicológicas (HisPo), à qual pertencem. O espectro dos marcos referenciais atuais destas pesquisas se pluralizou, ainda que todos os pesquisadores reconheçam com clareza as significativas contribuições realizadas por Irrazábal, em seu já citado trabalho, e sua originalidade no uso de marcos de referência inovadores para sua época, de cuja síntese nasceu a possibilidade de uma analítica diferente da reflexão política dos psicólogos sobre suas próprias práticas.

Para além das já citadas contribuições foucaultianas, cabe destacar a potência concreta da síntese lograda por Irrazábal, ao articular essas contribuições aos trabalhos

⁵ N.T.: "68,39% dos alunos 'falsos anormais' são de baixa condição econômica, somente 2,6% deles possui condição econômica muito boa; 79.05% dos 'verdadeiros anormais' são de baixa condição econômica; somente 1,46% destes possuem condição econômica muito boa".

⁶ N.T.: "desde as primeiras práticas (psicológicas) que temos notícia no Uruguai, se percebe um esforço por normatizar as condutas com base, predominantemente, em um ideal moral ou médico moralizante".

historiográficos do Prof. José Pedro Barrán sobre a História do Uruguai, principalmente os estudos que compõem sua “Historia de la sensibilidad en el Uruguay” (BARRÁN, 1989, 1993, 1995a, 1995b, 2001; BARRÁN, CAETANO e PORZECANSKI, 1996). Desta forma, Irrazábal fundamenta suas interpretações foucaultianas a partir do contraste com dados nacionais.

Mais recentemente, o conjunto das pesquisas em curso recorreu a outros aportes teóricos, tais como (a) o trabalho desenvolvido por Bruno Latour a partir do Programa Forte da sociologia da ciência e da Teoria Ator-Rede (LATOURE, 2007, 2008; LATOUR e WOOLGAR, 1995), (b) as contribuições neofoucaultianas de Nikolas Rose, mais centradas nos desenvolvimentos contemporâneos em torno da categoria de governamentalidade e biopoder (ROSE, 2008; ROSE, 1999, 2007), cuja marca pode ser observada em trabalhos desenvolvidos no HisPo, como os de Chávez (2013) e Chávez e Freitas De León (2013); e (c) as abordagens provenientes do materialismo histórico dialético e a teoria crítica, como a que aqui se apresenta.

PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

O reconhecimento da profunda inclusão da psicologia atual na arquitetura institucional do Estado já é indiscutível na região. Se Irrazábal enxergava a articulação das práticas psicológicas nas práticas do governo estatal, mediada pela prática clínica e episteme sanitária, a inserção profissional maciça de psicólogos em diversos programas de políticas públicas supõe a instalação de nossa psicologia no coração das ações estatais. Parafraseando Rose *"incorporada nas técnicas criadas para o governo da conduta"* (ROSE, 1996).

Uma amostra disso são os diversos artigos e trabalhos que recuperam fortemente a problematização - para nós, central - das formas concretas de incorporação de práticas psicológicas no campo das políticas públicas, seus alcances, limites e variedade de formas de articulação com diferentes projetos sociais concretos. A tais efeitos, convém resenhar algumas produções realizadas sobre a questão no Brasil (BRIGAGÃO, NASCIMENTO & SPINK, 2011; SPINK, 2009, YAMAMOTO, 2007), Chile (ALFARO, 2007; ALFARO & ZAMBRANO, 2009) e Uruguai (RODRÍGUEZ FERREYRA, 2009).

Sem dúvida – e mais além da muito útil constatação da participação de psicólogos nessas políticas –, nos surgem algumas perguntas sobre o que significa essa histórica participação profissional da psicologia na atividade direta do Estado, sobre que tipo de relações de complementariedade, dependência ou autonomia supõem, e principalmente

sobre se existe diversidade de projetos ético-políticos-profissionais em combate. Quer dizer, nos perguntamos se são politicamente idênticas todas as atuações da Psicologia no campo da Política Pública do ponto de vista de sua orientação política-ideológica e de projeto societário, e em tal caso, que implicações e possibilidades abrem novas coalizações sociais – e de classe – esse novo campo de práticas.

Nesse sentido, entendo que as colaborações valiosas dos estudos foucaultianos – principalmente aqueles derivados das linhas de trabalho em torno das categorias de governamentalidade e biopolítica – deixam fora de seu campo de análise arestas fundamentais do fenômeno. Quer dizer, não conseguem distinguir a variedade de relações estabelecidas por diferentes atores com distintos formatos e espaços estatais, chegando muitas vezes a conclusões sobre as relações entre tecnologias "psi" e Estado que simplificam em excesso a complexidade e diversidade de formas de articulação desses componentes.

Para nós, essas arestas serão evocadas por outras linhas de análise que recuperam categorias socioanalíticas fundamentais, como "sociedade de classes", "luta de classes" e "modo de produção"; categorias cunhadas principalmente pelo materialismo histórico dialético e de particular importância para a elucidação de elementos intervenientes nas perguntas anteriores.

As críticas muito honestas – e em nossa opinião, muito acertadas – do sociólogo greco-francês Nicos Poulantzas a algumas contextualizações foucaultianas contribuem para esse trabalho com elementos decisivos na reflexão sobre o lugar da psicologia nos conflitos sociais de classes, determinantes da organização social. Ao mesmo tempo, entendemos que elas apresentam potência particular para compor novos processos organizativos em torno do lugar de nosso coletivo profissional nas práticas sociais de transformação da realidade social.

PRECISAMOS DE (AO MENOS) UMA TEORIA DO ESTADO?

No início da aula de 31 de janeiro de 1979, do curso que seria publicado em seguida sob o nome de "O nascimento da biopolítica" (FOUCAULT, 2007), Michel Foucault, tentando dar continuidade às aulas e considerando a demanda de seus ouvintes por uma teoria foucaultiana do Estado, expõe:

me ahorro, quiero y debo ahorrarme una teoría del Estado como me ahorraría una comida indigesta. Pero eso no quiere decir que el análisis que hago borre los efectos y la presencia del Estado. [...] Si ahorrarse una teoría del Estado es no empezar por analizar en sí mismas y por sí mismas la naturaleza, la estructura y las funciones del Estado, si ahorrarse una teoría del Estado quiere decir no tratar de deducir a partir de lo que el Estado es como especie de universal político y por

extensión sucesiva, lo que pudo ser el estatus de los locos, los enfermos, entonces sí, renuncio a una teoría del Estado (FOUCAULT, 2007, p. 95).⁷

Justifica sua evasão com dois elementos. Um primeiro elemento metodológico, fazendo referência ao tipo de estudo que se propõe e aludindo ao fato de que seus campos de interesses se referem a objetos estritamente políticos, porém exteriores à órbita das decisões institucionais e político-burocráticas de governo, campo que ele chama de governamentalidade. Em segundo lugar, Foucault afirmará que “o Estado não tem entranhas” (FOUCAULT, 2007, p. 96), frase com a qual resume dois elementos bastante importantes: (a) que “o Estado não é uma fonte autônoma de poder” (*Id*, 2007, p. 96); e (b) que “o Estado não é mais do que o efeito móvel de um regime de governamentalidade múltipla” (*Ibid*, 2007, p. 96).

Sem dúvida, essas observações teóricas, possivelmente muito operativas no trabalho de investigação histórica do filósofo francês, resultam em um limite enorme para os nossos próprios trabalhos de investigação.

Em nosso processo de trabalho, advertimos que não nos é possível compreender a complexidade das práticas profissionais, as formas de articulação dessas em diversos campos das políticas, nem as vivências a respeito de seu trabalho de que dão conta as entrevistas de psicólogos que trabalham em Políticas Públicas sem nos referimos a uma certa especificidade organizacional e de poder do Estado.

Mais ainda, observamos que, tanto em documentos, quanto em entrevistas realizadas, são reunidos relatos múltiplos sobre as diferentes formas de articulação prática e institucional das práticas profissionais com a organização e o poder Estatal. Isso aparece como tópico de reflexão de diferentes atores (psicólogos operadores de políticas públicas, técnicos de desenho e avaliação de programas, tomadores de decisões), chamando a atenção para a escassa referência reflexiva ao relacionamento da psicologia com outras estruturas sociais e de poder, como o poder de classe, o poder de soberania ou o poder de agência.

A dificuldade de apreensão do conceito de Estado na obra de Foucault – ou, mais diretamente, sua debilidade – é um elemento já resenhado por outros autores que se preocuparam com a análise crítica das potencialidades e limites do enfoque foucaultiano. A

⁷ N.T.: “... me poupo, quero e devo me poupar de uma teoria do Estado como me pouparia de uma comida indigesta. Mas isso não quer dizer que a análise que faço apaga os efeitos e a presença do Estado. [...] Se poupar-se de uma teoria do Estado é não começar por analisar em si mesmas e por si mesmas, a natureza, a estrutura e as funções do Estado, se poupar-se de uma teoria de Estado quer dizer não tratar de concluir a partir do que o Estado é como espécie de político universal e por extensão sucessiva, o que pode ser o estado dos loucos, dos doentes, então sim, renuncio a uma teoria de Estado.”

respeito disso, a Dra. Paula Musseta assinala que:

Aprender el concepto de Estado que Foucault elaboró es una tarea compleja porque, aunque mencionaba el término de manera explícita, éste terminaba siendo definido por lo que no era, por aquello de lo que adolecía, por referencia a lo que otros habían (erróneamente) dicho acerca de él (MUSSETTA, 2009, p. 44).⁸

Por isso, o encontro com as colaborações Poulantzianas é um achado fundamental para compreender a forma de composição e dinâmica das práticas profissionais e acadêmicas da psicologia com o que se chama materialidade institucional do Estado que, aliás, “não pode ser de maneira alguma reduzida à simples dominação política” (POULANTZAS, 1980, p. 17).

MATERIALIDADE INSTITUCIONAL DO ESTADO CAPITALISTA, CLASSES SOCIAIS E AUTONOMIA RELATIVA

Embora pareça estranho, há uma forte coincidência entre Foucault e Poulantzas a respeito da contingência do Estado.

Para Foucault, “o Estado não é um universal [político]” (FOUCAULT, 2007, p. 96); enquanto que, por outros motivos, Poulantzas também descartará a possibilidade de formulação de uma teoria geral (e a-histórica) do Estado, ao observar que “tanto os conceitos de economia, como os de Estado, não podem ter a mesma extensão, o mesmo campo, nem o mesmo sentido nos diferentes modos de produção” (POULANTZAS, 1980, p. 21).

Se para Foucault o Estado não é, nem pode ser, um universal, porque não é em si mesmo uma fonte autônoma de poder, para Poulantzas, essa referência será relativamente válida, mas ele especifica seu argumento ao dizer que o Estado é uma expressão particular de dinâmicas próprias de um Modo de Produção particular. Por essa razão, para Poulantzas, não há continuidade entre o Estado Moderno e as formas estatais pré-modernas.

Assim, Poulantzas sentenciará que “uma teoria do Estado capitalista só pode ser elaborada ao se relacionar esse Estado com a história das lutas políticas dentro do capitalismo” (POULANTZAS, 1980, p. 30) e, nesse sentido, “situar o Estado em referência às relações sociais de produção é delinear os primeiros contornos de sua presença na luta de classes” (POULANTZAS, 1980, p. 32).

⁸ N.T.: “Aprender o conceito de Estado que Foucault elaborou é uma tarefa complexa, porque ainda que ele mencionasse o termo de forma explícita, esse terminava sendo definido pelo que não era, por aquilo de que adolecia, por referência ao que outros haviam (erroneamente) dito acerca dele”.

Estendendo o alcance dessas precisões ao domínio categorial foucaultiano, poderíamos dizer que, para Poulantzas, o que Foucault chamaria de “formas de governamentalidade” depende diretamente do modo de produção e, por isso, para o greco-francês, seria inviável e inválida a constituição de uma análise dessas formas de governamentalidade fora de uma análise do seu modo de produção.

A reconsideração das reações sociais de produção para a análise do Estado em Poulantzas faz com que esse autor apresente um Estado que não é um “puro reflexo” ideológico encobridor do processo de produção (ideologia como “falsa consciência”), mas, antes, indica que a primazia das relações sociais de produção sobre as forças produtivas faz com que, sobre o esqueleto material da instalação do Estado, ocorram relações políticas (ideológicas) no seio daquelas mesmas relações de produção.

A conclusão de Poulantzas sobre o tema é clara e categórica: “o Estado possui um esqueleto material próprio que não é reduzido às relações (tais como) de dominação política [por parte da classe dominante]” (POULANTZAS, 1980, p.15) embora “a dominação política esteja ela mesma inscrita na materialidade institucional do Estado” (POULANTZAS, 1980, p.17). Poulantzas continua acrescentando:

Si el estado no está íntegramente producido por las clases dominantes, no lo está tampoco monopolizado por ellas: el poder del Estado (o de la burguesía en el caso del Estado capitalista) está inscripto en esa materialidad. Ni las acciones del Estado se reducen a la dominación política, pero no por eso están constitutivamente menos marcadas” (POULANTZAS, 1980, p.17).⁹

Então, quando Poulantza diz que o Estado possui uma estrutura material própria, que não é reduzida às relações (tais como) de dominação política da classe dominante, analisa particularmente a Seguridade Social instalada no conjunto das lutas de classe conhecidas como Questão Social (CASTEL, 1997; HOBBSAWN, 2007); questão que se desenvolverá plenamente com o auge da doutrina Keynesianista, doutrina abordada, entre outros, pelo mesmo Foucault de “O nascimento da biopolítica”.

Entendo que a contribuição de situar as dinâmicas e fundamentos do Estado (1) nas relações de luta, (2) nos Modos de Produção que lhe são próprios e (3) com autonomia relativa ao respeito do poder monopolista de cada uma das classes, além de esclarecedora, é útil para o diagrama de análise de uma teoria densa sobre as formas como uma determinada disciplina – como a Psicologia – pode atuar no campo social; mais ainda quando essa

⁹ N.T.: “Se o estado não está integralmente produzido pelas classes dominantes, também não está monopolizado por elas: o poder do Estado (ou da burguesia no caso do Estado capitalista) está inscrito nessa materialidade. As ações do Estado não se reduzem à dominação política, mas nem por isso estão menos constitutivamente marcadas por elas”.

atuação é mediada fortemente pela sua inscrição estatal nas Políticas Públicas de atenção à Questão Social.

AÇÃO BUROCRÁTICA (DA CATEGORIA), PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL E PROJETOS SOCIETÁRIOS

Retomando os avanços conceituais desenvolvidos pelo Trabalho Social Latinoamericano, e particularmente pela Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro (GUERRA, 200; IAMAMOTO, 1992; NETTO, 1992, 2005), cabe assinalar que não existe neutralidade nem essencialismo a respeito da orientação política do Projeto ético-político profissional de uma disciplina que possa encontrar seu fundamento na disciplina em si. Ao contrário, a criação – e disputa pela hegemonia – de projetos ético-políticos e profissionais plurais dependem diretamente da sua articulação com um projeto societário, para o qual a relação entre práticas de saber-poder (práticas profissionais e acadêmicas, por exemplo) e dinâmicas de classe (luta) é vital.

Poulantzas assinala que a caracterização das relações Estado-Poder se contrapõe às proposições derivadas de uma visão

que diluye y dispersa al poder en incontables microsituaciones, [y] subestima considerablemente la importancia de las clases y de la lucha de clases e ignora el papel central del Estado [en la construcción de alternativas políticas sociales emancipatorias] (POULANTZAS, 1980, p. 51).¹⁰

Particularmente, ele se refere nessa frase às posições pós-estruturalistas e proto-pós-modernas (RODRIGUES, 2006) francesas, como as cunhadas em parte por Michel Foucault e continuadas por outros nomes como Gilles Deleuze.

Regressando às perguntas do começo do texto, entendo que essa re-localização das relações entre Estado, Poder e Classes Sociais – derivado de uma análise que toma para si o desenvolvimento de uma teorização a respeito da arquitetura material, institucional e de funcionamento desse ente chamado Estado – estabelece códigos hermenêuticos e de ação a respeito de: (1) o enunciado “compromisso social do psicólogo” (YAMAMOTO, 2007), bastante citado, mas pouco analisado em profundidade; e (2) os alcances e limites das práticas profissionais da psicologia na esteira das Políticas Públicas (Estatais).

A respeito desse segundo ponto, cabe assinalar que Poulantzas cunha um segundo

¹⁰ N.T.: “que dilui e dispersa o poder em incontáveis microssituações, [e] subestima consideravelmente a importância das classes e da luta de classes e ignora o papel central do Estado [na construção de alternativas políticas sociais emancipatórias]”.

final que resultará tão vital na análise quanto o já trabalhado “autonomia relativa do estado”. Trata-se do que ele define como “burocracia enraizada”.

Ao dar conta da dinâmica de reprodução de interesses das classes dominantes por efeito do trabalho do Estado, Poulantzas não hesita em afirmar que:

en relación a las clases dominantes, en particular a la burguesía, el Estado tiene un papel principal de organización (...) en suma representa y organiza el interés político a largo plazo del bloque político en el poder. (...) El estado constituye por tanto la unidad política de las clases dominantes (POULANTZAS, 1980, p.145).¹¹

Para Poulantzas, o Estado Capitalista, através do cumprimento de seus próprios interesses – basicamente os interesses associados a um bloco burocrático – reproduz o interesse ampliado da burguesia; interesse que, politicamente, seria impossível de cumprir pela ação individual de cada capitalista em si, já que o interesse de cada capitalista em si é unicamente o aumento individual da margem de lucro. Assim, o Estado assegura a realização de diferentes interesses na reprodução de seu interesse – sua razão – próprio.

Em primeiro lugar, ele assegura por meio da burocracia – dentro da qual podemos e devemos ingressar na categoria profissional dos psicólogos que trabalham nas políticas públicas e/ou no Estado, por exemplo, nas Universidades Públicas –, a instalação de uma ação política socialmente coesa, com base de legitimidade na pretensão da racionalidade (saber) dessa ação política (poder).

Em segundo lugar, ele assegura a reprodução ampliada do capital ao impor medidas que não são diretamente compatíveis com o interesse individual dos sujeitos que compõem a burguesia, mas que garantem as possibilidades de manutenção da dinâmica capitalista como tal.

Por último, ele realiza também interesses contraditórios aos interesses da burguesia, que mantém a situação da sociedade de classes, estabelecendo uma margem possível de ação em prol de transformações reais para as classes subalternas em sua capacidade de organização e de suas condições materiais de realização. A respeito disso, Poulantzas dirá que “as lutas materiais estão inscritas também na materialidade institucional do Estado, embora elas não se esgotem ali”¹² (POULANTZAS, 1980, p. 163). A essa situação de

¹¹ N.T.: “em relação às classes dominantes, em particular à burguesia, o Estado tem um papel principal de organizador (...), em suma, representa e organiza o interesse político a longo prazo do bloco político no poder. (...) O Estado constitui, portanto, a unidade política das classes dominantes”.

¹² Sobre isso, para tornar visível esse tipo de articulação entre Estado e setores populares, é fundamental assinalar que, historicamente, há em muitos países da América do Sul uma articulação política e de trabalho entre universidades públicas e setores populares, universidades que claramente fazem parte administrativa, orçamentária e institucionalmente de seus respectivos estados, mas que ao mesmo tempo indicam as fissuras de poder referidas, não como um desvio ou excentricidade, mas como um componente relacional estrutural na

compreender o Estado como “condensação material de uma relação contraditória” (POULANTZAS, 1980, p. 153, destaque nosso), Poulantzas denomina de problema das contradições internas do Estado (POULANTZAS, 1980, p. 151). Com muita precisão na análise, Poulantzas deixa claro que um elemento que o distingue da apresentação foucaultiana, e de enorme riqueza para nosso campo de análise, é a existência de fissuras do Poder de Estado (POULANTZAS, 1980, p. 157), fissuras próprias de um Estado que “como é o caso de todo dispositivo de poder, é a condensação material de uma relação” (POULANTZAS, 1980, p. 167).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao fim da seção sobre “O pessoal do Estado”, Poulantzas se faz uma pergunta muito próxima do conjunto das que nos fizemos ao começar esse texto e que muitos autores citados também se fazem: “em que medida se pode contar, nessa transformação dos aparelhos do Estado, com um pessoal [do Estado] que se dedique às massas populares?” (POULANTZAS, 1980, p. 181).

Para Poulantzas, o pessoal do Estado se chamará burocracia, e a burocracia – como todo dispositivo de poder que seja a materialidade de uma relação – será uma “burocracia enraizada” muito particular; enraizada no poder de classes e suas dinâmicas conflitantes.

A resposta do autor a respeito disso, eu a deixo para o trabalho próprio do leitor com a fonte direta. Antecipo, de todo modo, que entre a ação burocrática e a reprodução ou quebra das relações sociais de produção capitalista, existe o poder de classe. Assim, Poulantzas deixa aberta a possibilidade de contribuição do conhecimento científico – base da ação racional burocrática legítima – à construção do poder político contra-hegemônico em articulação (enraizamento) do bloco burocrático com o poder de classe.

Dito isto, resta apenas realizar algumas pequenas considerações. Em primeiro lugar, entendo que, neste trabalho, os inúmeros autores regionais citados, que se ocupam do campo da análise histórica e política das práticas psicológicas, e dos psicólogos nas Políticas Públicas, dão conta da consolidação de um legítimo e crescente campo de reflexão. Ao mesmo tempo, entendo que a busca de várias teorias políticas contrapostas pode ser de grande ajuda para essa análise, que, do meu ponto de vista, se encontra muitas vezes –

materialidade do Estado. Para ilustrar com dois possíveis exemplos de formas concretas de articulação entre projetos populares e universidades públicas estatais, recomendo a leitura de dois artigos publicados na última edição da Revista Contrapunto do Serviço Central de Extensão da UDELAR, os quais recuperam e conceitualizam experiências na matéria (CASTRO, MENENDEZ & FRY, 2012; OYHANTÇABAL, 2012).

apesar da honestidade e boa vontade da academia – hegemônica pela gramática analítica de autores já reconhecidos pela comunidade profissional e que, sem dúvida, não são examinados em profundidade no que diz respeito aos limites de suas proposições.

Por último e sobre a apresentação particular das contribuições da teoria sócio-política de Poulantzas, resgato que, longe de certo pessimismo niilista de algumas leituras das teorias de governamentalidade, o campo de ação profissional no Estado, em geral, e nas Políticas Públicas, em particular, não carrega sobre si nenhum caráter exclusivamente regulatório ou de puro controle social; embora – graças também à riqueza e detalhe na análise sobre a materialidade concreta do Estado Capitalista realizado pelo autor – se deva reconhecer que a construção de articulações entre projetos ético-políticos-profissionais da psicologia e projetos societários emancipatórios exige múltiplas ações coletivas e mediações conceituais, metodológicas e organizacionais, em minha opinião ainda incipientes.

Nesse último registro, entendo que o desenvolvimento dessas mediações cobra um valor substancial para a ação quando as gramáticas de poder – tão conhecidas pelos participantes do mundo psi – conseguem se articular macro-politicamente com as gramáticas de luta de classes inseridas na totalidade contraditória e opressiva do modo de produção capitalista.

Assim, as relações sociais de produção não se “agregam” posteriormente às forças produtivas existentes, já que são coextensivas a elas e estão presentes de modo particular em cada modo de produção. Elas se articulam e compõem organicamente sobre a forma de poder (ideológico) de classe que constituem e legitimam tais relações de produção. Então, as relações políticas e ideológicas não são emergentes das relações de produção, já que estão presentes na mesma formação de relações de produção.

Reconheço com esse artigo haver trazido as colaborações de um autor tão “fora de moda” quanto pouco estudado. Considero, por isso mesmo, que as chaves que Poulantzas – e a Teoria Crítica em geral – nos oferece para a abordagem real e concreta das implicações políticas derivadas das práticas psicológicas em processos de governamentalidade são algo de que vale a pena nos cercarmos, a fim de podermos dar conta da realidade dialética e contraditória em que nos movemos e não somente na sua estilização ideológica.

TRADUÇÃO: AUGUSTO CESAR COELHO

CAMILO VENTURI

GUSTAVO FERRAZ

REVISÃO TÉCNICA: BRUNO FOUREAUX

REFERÊNCIAS

- ALFARO, J. Políticas sociales como condición de posibilidad para el desarrollo de prácticas en psicología comunitaria. En. J. Alfaro Inzunza & H. Berroeta Torres (Eds.), **Trayectoria de la psicología comunitaria en Chile : practicas y conceptos**. Chile: Universidad de Valparaiso, 2007: pp. 43-72.
- ALFARO, J. & ZAMBRANO, A. Psicología comunitaria y políticas sociales em Chile. **Psicologia & Sociedade**, 21(2), 2009, pp. 275-282.
- BARRÁN, J.P. **Historia de la sensibilidad en el Uruguay**. La cultura «barbara»:1800-1860. (Vols. 1-2, Vol. 1). Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1989.
- BARRÁN, J.P. Medicina y sociedad en el Uruguay del novecientos. **El poder de curar**, (Vols. 1-3, Vol. 1). Montevideo: Ed. de la Banda Oriental, 1993.
- BARRÁN, J.P. Medicina y sociedad en el Uruguay del novecientos. **La invencion del cuerpo**, (Vols. 1-3, Vol. 3). Montevideo: Ed. de la Banda Oriental, 1995a.
- BARRÁN, J.P. Medicina y sociedad en el Uruguay del novecientos. **La ortopedia de los pobres**, (Vols. 1-3, Vol. 2). Montevideo: Ed. de la Banda Oriental, 1995b.
- BARRÁN, J.P. **Historia de la sensibilidad en el Uruguay**. T. II., El disciplinamiento (1860-1920). Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2001.
- BARRAÍN, J.P.; CAETANO, G. & PORZECANSKI, T. **Historias de la vida privada en el Uruguay**. Montevideo, Uruguay: Taurus, 1996.
- BRIGAGÃO, J.; NASCIMENTO, V.L.V.D.; & SPINK, P.K. As interfaces entrepsicologia e políticas públicas e a configuração de novos espaços de atuação. **Revista de Estudos Universitarios**, 37(1), 2011, pp. 199-215.
- CASTEL, R. **Las Metamorfosis de la Cuestion Social: Una Cronica del Salariado**, (Paidos Estado y Sociedad). Buenos Aires: Ediciones Paidos Iberica, 1997.
- CASTRO, D.; MENENDEZ, M.; & FRY, M. **Desafios para pensar los movimientos sociales uruguayos: FUCVAM y sus estrategias de formación en la era progresista**. Contrapunto, I (2), 2012, pp. 33-51.
- CHÁVEZ, J. **Political projects and psychological practices in Uruguay: Becomings, agencements and resistance**. Presentado en 15 th Biennial ISTP, (International Society for Theoretical Psychology), Santiago de Chile, 2013.
- CHÁVEZ, J.; & FREITAS DE LEÓN, P. **La Psicología en el Uruguay y sus historias: perspectivas, narrativas y enfoques criticos**. Montevideo: s/editar, 2013.

FALCONE, R. Historia de la Psicología en Argentina Cruce de influencias europeas y caracter nacional. **Presentado en Jornadas de Psicología**. Bicentenario: ayer y hoy de la Psicología Argentina, Buenos Aires, 2010. Acessado em 2016 a partir do site <http://dspace.uces.edu.ar:8180/xmlui/handle/123456789/922>.

FOUCAULT, M. **Historia de la locura en la epoca clasica**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1976.

FOUCAULT, M. **Enfermedad mental y personalidad**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1988.

FOUCAULT, M. **Genealogía del Racismo**. La Plata: Altamira, 1998.

FOUCAULT, M. **Las Palabras y las Cosas: Una Arqueologia de las Ciencias Humanas**. Buenos Aires: Siglo XXI Ediciones, 2002.

FOUCAULT, M. **Nacimiento de la biopolítica : curso en el College de France (1978-1979)**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

FOUCAULT, M. **Seguridad, territorio, poblacion**. Madrid: Akal, 2008.

GUERRA, Y. Instrumentalidad del proceso de trabajo y servicio social. Presentado en XVIII **Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social**. La cuestión Social y la formación profesional en Trabajo Social en el contexto de las nuevas relaciones de poder y la diversidad latinoamericana, San José de Costa Rica, 2004. Acessado em 2016 a partir do site <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-018-051.pdf>.

HOBBSAWM, E. **Historia del siglo XX**. Buenos Aires: Crítica, 2007.

IAMAMOTO, M. **Renovação e conservadorismo no serviço social ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

IRRAZABAL, E. La clínica inmóvil. **En. Acontecimiento 2**. Historia y Subjetividad: Modos de Produccion de Ficciones Universitarias. Montevideo: De la mancha y Argos, 2006.

LATOUR, B. **Nunca fuimos modernos: ensayo de antropologia simetrica**. Buenos Aires, Argentina: Siglo Veintiuno Editores, 2007.

LATOUR, B. **Reensamblar lo social: una introduccion a la teoria del actor-red**. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LATOUR, B., & WOOLGAR, S. **La Vida en el laboratorio: la construccion de los hechos cientificos**. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

LEAHEY, T. **Historia de la psicología: principales corrientes en el pensamiento psicológico**, (4a. ed.). Madrid: Prentice Hall, 1998.

MASSIMI, M. **História da psicologia no Brasil: novos estudos**. São Paulo: EDUC. Cortez Editora, 2004.

MUSSETTA, P. Foucault y los anglofoucaultianos: una reseña del Estado y la gubernamentalidad. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, LI(205), 2009, pp. 37-55.

NETTO, J.P. **Capitalismo monopolista y servicio social**. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

NETTO, J.P. O movimento de reconceituação 40 anos depois. **Revista Serviço Social & Sociedade**, (84), 2005, pp. 5-19.

NETTO, J.P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. **En Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

OYHANTÇABAL, G. **La lucha por la tierra en el norte de Uruguay**. Contrapunto, I (2), 2012, pp. 15-31.

PEREZ GAMBINI, C. **La Psicología Uruguaya hasta 1950**. Montevideo: Arena, 2000.

POULANTZAS, N. **El Estado, el poder y el socialismo**. Rio de Janeiro: Ediciones Graal, 1980.

RANCIÈRE, J. **El desacuerdo: política y filosofía**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1996.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Contingencia. **En. Diccionario de la lengua española**, 2011. Acessado em 2016 a partir do site <http://lema.rae.es/drae/?val=contingencia>.

RODRIGUES, M. (2006). **Michel Foucault sem espelhos: um pensador proto pos-moderno**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Escola de Serviço Social. Programa de Pós-graduação, Rio de Janeiro, 2006. Acessado em 2016 a partir do site http://www.ess.ufrj.br/teses_2006/mavi-pacheco.pdf.

RODRÍGUEZ FERREYRA, A. Social policies in Uruguay: a view from the political dimension of community psychology. **American journal of community psychology**, 43(1-2), 2009, pp. 122-133.

ROSE, N.S. A Psicologia como uma ciência social. **Psicol. Soc. Psicologia & Sociedade**, 20 (2), 2008.

ROSE, N.S. **Inventing our selves: psychology, power, and personhood**. Cambridge, England. New York: Cambridge University Press, 1996.

ROSE, N.S. **Governing the soul: the shaping of the private self**. London; New York: Free Association Books, 1999.

ROSE, N.S. **Politics of life itself: biomedicine, power, and subjectivity in the twenty-first century**. Princeton: Princeton University Press, 2007.

SPINK, P. Los psicólogos y las políticas públicas en América Latina: el big mac y los caballos de troia. **Psicoperspectivas**, VIII(2), 2009, pp. 12 - 34.

YAMAMOTO, O. Políticas sociais, «terceiro setor» e «compromisso social»: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. **Psicologia & Sociedade**, 19 (1), 2007, pp. 30-3.